

## **E ASSIM SE ADORNAVAM OS MORADORES DA COMARCA DO RIO DAS VELHAS:**

### **Cultura material nas minas gerais do século XVIII**

**Luiz Ozanan**

Doutor em História pela UFMG.  
Professor de História e Análise Crítica da Arte e do Design  
Escola de Design /UEMG

#### **RESUMO:**

O ato de adornar iniciou-se na África entre 100 mil e 50 mil anos, com os primeiros ornamentos, contas de colares (conchas, ossos e mesmo madeira), e são, ao lado das manifestações artísticas, os principais marcadores do desenvolvimento da cognição nos seres humanos modernos, já que indicam a emergência do processo de simbolização. Desde então, os artefatos para esse fim foram tomando formas diferenciadas. Outros materiais entraram em cena alterando as formas, os tipos, as funções. O que seria um simples ornamento foi (re) apropriado de maneira diferente, transformado em amuleto, talismã ou utilizado com reserva de valor, por exemplo. Este texto é fruto de uma investigação sobre as joias mais utilizadas na antiga cabeça da Comarca do Rio das Velhas, atual Sabará. Para esse artigo, foram lidos os inventários e testamentos que estão sob a responsabilidade do Museu do Ouro, e podem ser consultados na Casa Borba Gato, em Sabará, Minas Gerais.

**Palavras-chaves:** Joalheria, Cultura material, Sabará, Artefato.

#### **ABSTRACT:**

*The act of adornment began in Africa between 100,000 and 50,000 years, with the first ornaments, beads of necklaces (shells, bones and even wood), and are, alongside the artistic manifestations, the main markers of the development of cognition In modern humans, since they indicate the emergence of the process of symbolization. Since then the artifacts for this purpose have taken different forms. Other materials came on the scene by changing the shapes, types, and functions. What would be a simple ornament, was (re) appropriated differently, transforming into amulet, talisman or used with reserve of value, for example. This text is the result of an investigation about the most used jewels in the old head of the District of the River of the Velhas, current Sabará. For this article, the inventories and wills under the responsibility of the Gold Museum were read and can be consulted at Casa Borba Gato, in Sabará, Minas Gerais.*

**Key-words:** Jewellery, Material culture, Sabará, artifact.

Este artigo se desenvolve em torno do tema “joalheria do século XVIII”, dando os primeiros passos de um longo caminho a ser percorrido, principalmente em função da escassez de referências visuais e da dispersão de dados referentes ao ofício dos ourives, que se voltaram para a produção de ornamentos corporais femininos e masculinos. Optou-se, aqui, por delimitar o estudo do uso das joias pelos habitantes da Comarca do Rio das Velhas, entre os anos de 1735 e 1815. Esse é um desdobramento da pesquisa feita para o *Projeto Aliança: design e inovação de produtos de joalheria em comunidades criativas mineiras a partir de aspectos tradicionais de sua origem portuguesa*, financiado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior, pelo programa Pesquisador Visitante Especial.

Alguns objetos estão ligados de forma direta ao homem, sendo portadores de significados que medeiam as relações humanas. Os ornamentos corporais pertencem a essa classe. Autores como Baudrillard (2007, p. 15) defendem a hipótese de que os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objetos. Dessa maneira, as joias, que sempre ocuparam um lugar na história da humanidade, passam a ser vistas não só como um adorno, mas também como um objeto carregado de símbolos e signos, com variadas funções e usos.

Já nos primórdios, o ser humano sentia a necessidade de se adornar, seja com ossos, pedras, conchas ou mesmo madeira, o homem individualmente precisou destacar-se dos outros por meio de um atavio qualquer. Na história ocidental, algumas mulheres receberam, ao longo da história, o estigma de serem as apreciadoras de joias, diferente de outros povos, de outras épocas e lugares em que a ornamentação com joias era tão importante para os homens quanto para as mulheres. Mas, para o Brasil colonial, a grande maioria das peças que adornam o corpo humano foi feita para elas a ponto de quase não saírem de casa sem adornos, como destacou Alcântara Machado (1980, p. 101). Apesar disso, os homens também investiram dinheiro e tempo em busca de um ornamento que os representasse e artefatos próprios para o uso masculino foram criados.

As joias são usadas para ataviar os usuários, ao menos essa era a primeira intenção. Outras funções foram agregadas ao elemento precioso de ornamento por

excelência, ou seja, a joia passou a trazer simbologia, poder, riqueza ou até mesmo sentimento. Em se tratando do século XVIII, na antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, as joias eram peças fundamentais não só para serem mostradas nesses encontros sociais, mas serviam como moeda de troca e possuíam outros significados que ao longo do texto serão explorados. Mas o uso não se restringia à sede da Comarca do Rio das Velhas.

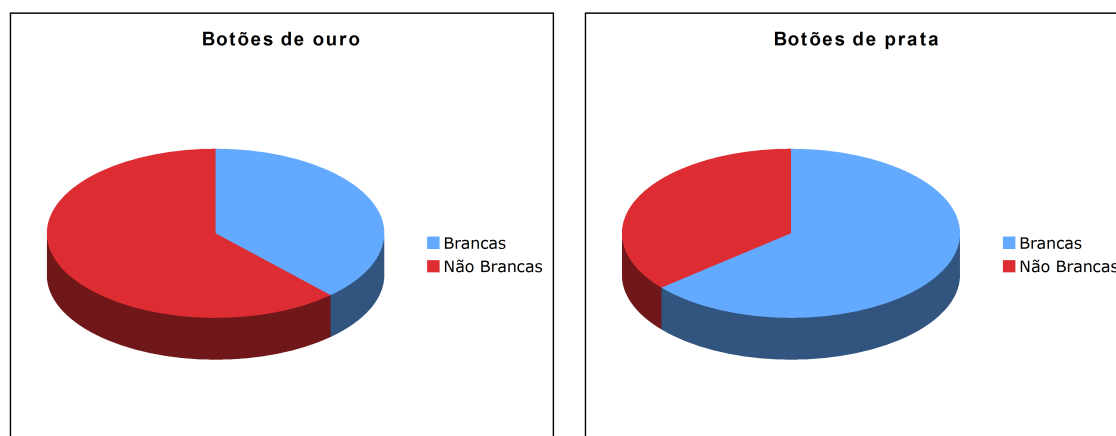
Mesmo no cotidiano, as peças de joalheria foram flagradas pelos diversos viajantes e cronistas que, na Capitania de Minas Gerais, transitaram desde o século XVIII. Podem-se contar histórias a partir desses ornamentos. Histórias cheias de emoção, como os romances feitos e desfeitos; histórias repletas de aventura, como as buscas de tesouro por piratas ou a guarda de um anel com propriedades mágicas. Em alguns casos, as joias eram também objetos de desejo pessoal e símbolo de conquista.

Durante o século XVIII, nas Minas Gerais, as joias foram usadas em vários momentos e situações, como em festas populares ou procissões como Santíssimo Sacramento aos Presos (abril) *Corpus Christi* (junho), Visitação de Nossa Senhora a Santa Izabel (2 de julho), Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro), Anjo Custódio (16 de julho), São Francisco de Borja (padroeiro contra os terremotos). Além disso, havia uma parcela da população que se adornava para o trabalho cotidiano, haja vista a quantidade de peças de ouro lavrado relatada na documentação descrita como sendo “de seu uso”, ou “com seu uso” e mesmo, “quebrada” ou “quebrado”.

A leitura dos inventários nos mostra que os habitantes de Sabará, no século XVIII, possuíam mais botões do que qualquer outro ornamento, sendo mais utilizados pelos homens. Nos inventários analisados, foi possível perceber que os homens possuíam 58% de todos os botões listados. No total, foram 161 pares e os homens possuíam 90 pares de botões em ouro e somente três pares em prata.

Vários foram os usos para esses ornamentos. No universo feminino, foi possível flagrá-los ora como brincos, ora como peças do vestuário. Porém, enquanto a mulher branca utilizou mais dos botões de prata, as pretas, crioulas e mestiças preferiram investir nos botões de ouro.

Gráfico 01. Posse de botões de ouro e prata pelas mulheres brancas e mulheres não brancas.



Fonte: Inventários *post-mortem*. IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

O botão de ouro foi o ornamento mais penhorado em Sabará do século XVIII, então pode ser que as não-brancas tenham visto uma possibilidade de investimento nesse ornamento, visando empreendimentos futuros. Outra possibilidade desse investimento seria o de atender ao gosto da época, preferindo os de ouro, o que indica, também, as mobilidades financeiras que elas experimentaram.

Em se tratando de botões como peça de vestuário, esses eram bastante utilizados, provavelmente em eventos festivos ou em ocasiões solenes, ao menos até o século XVIII. Segundo Rosa Mota (2008), se considerarmos a tradição do Norte de Portugal, encontraremos peças pequenas que adornavam as orelhas das crianças e que recebiam o nome de “botões”. Essas peças tinham, muitas vezes, incisões de símbolos astrais com função protetora, e no caso de a criança morrer, eram vendidas para ajuda na compra da mortalha. Segundo a tradição, a menina, após o nascimento, tinha as orelhas furadas a fim de receber os pequenos brincos, geralmente ofertados pela madrinha ou pelos pais, quando aquela não tinha condições de fazê-lo.

Vários botões foram listados nos inventários, quase sempre listados em pares, e em alguns documentos estão descritos como sendo de camisa, calções ou punhos. No inventário de Mathias de Crasto Porto, um dos mais ricos comerciantes da Vila de Sabará, encontramos a maior quantidade relacionada dessas peças. O referido capitão Crasto Porto possuiu vinte e quatro pares, entre botões de ouro e de prata, e todos se encontravam penhorados com ele. No inventário, estão lista-



dos trinta e quatro itens, sendo que 29% eram botões, como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1  
Quantidade de botões penhorados no inventário de Mathias do Crasto Porto

Quantidade de botões	Penhores de:
Um par de botões de filigrana	-
Quatro pares de botões pequenos de filigrana	-
Um botão de pitanga	-
Treze pares de botões de vários tamanhos	Simão Machado
Um par de botões grandes	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botões de bico	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botões pequeno e liso	Joana Monteiro
Um par de botões pequeno	Joana Monteiro
Um par de botões de ouro	Josefa de Meneses
Um par de botões de bico	Josefa de Meneses
Um par de botões de ouro	Antonio Teixeira de Lomba

Fonte: Inventários *post-mortem*. IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

Quadro 2  
Outras joias penhoradas que aparecem no inventário de Crasto Porto

Nome da peça	Quantidade
Cordão de ouro	8 pares
Senhora da Conceição	5 unidades
Argola	4 unidades
Memória	3 unidades
Brinco	2 unidades
Anel	1 unidade
Corrente	1 unidade
Cruz de chapa	1 unidade
Figa	1 unidade
Santo Cristo	1 unidade
São Bento	1 unidade
São Brás	1 unidade

Já o alferes Antonio da Cruz Duarte, cujo inventário foi aberto em nove de junho de 1722, possuía a segunda maior quantidade de botões registrados nesse tipo de documento. De uma só vez, os louvados, que são pessoas indicadas para fazer o levantamento de bens do defunto, listaram “vinte e um pares de botões lisos”. Não sabemos ao certo em qual parte do vestuário esses botões foram usados, como os que estão listados no inventário do Coronel Antônio de Sá Barbosa, casado, morador de Roça Grande:

[...] um par de botões de ouro de filigrana pequenos de camisa com um Espírito Santo esmaltado que tudo tem de peso uma oitava e três coartos avaliada cada oitava a mil e quatrocentos réis que emporta dois mil e seiscientos e vinte e cinco réis.<sup>1</sup>

Outro inventário que esclarece uma das funções do botão foi o do preto forro Custodio de Almeida Faria. Casado com a preta forra Josefa de Souza da Cruz, esse homem teve seu inventário feito em sete de junho de 1746. Nele consta, além de várias peças de ouro e prata, “outros pares de botões de punhos, com pezo de duas oitavas e meia a mil e quinhentos réis”.<sup>2</sup> Mas, a maioria não especificou o uso, sendo assim, não podemos aferir a quantidade desses botões que foram ligados ao vestuário ou ao adorno corporal.

Recorrendo ao dicionário de Rafael Bluteau (1712), ele escreveu que “Botam, [é uma] bolinha de metal ou paosinho esférico envolto em pano, ou em fios, o qual serve de ajuntar huma parte da vestidura com outra”. (BLUTEAU, 1712, p. 168) Outros autores, como Antonio de Moraes Silva (1813) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832) explicam que o botão é uma peça do vestuário. Porém, na joalheria portuguesa, o botão é um brinco de pequena dimensão.

Uma pista do uso do botão como ornamento de orelha aparece no testamento de Manoel Domingues de Azevedo, português, natural da Freguesia de São João da Vila, Arcebispado de Braga, que registrou seu testamento em Sabará, em 1741. Nele, além de declarar que era solteiro e que tinha um filho com a escrava de nome Esperança, esclareceu que algumas joias de sua posse eram da mãe do seu

<sup>1</sup> IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (03)36. Coronel Antonio de Sá Barbosa. 1734.

<sup>2</sup> IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (021) 28. Custodio de Almeida Faria. 1746

filho. Ele declarou que

[...] dois botois ou brincos (ilegível) ou cruz, dois pares de botois de prata, tudo eh da dita preta Esperança que o agenciou de tudo [e] se lhe entregara [o conjunto] que eh seu e que não deve entrar em meu inventário [...] <sup>3</sup>

Rosa Mota (2008) insiste que os botões são considerados somente como brincos de pequena dimensão, utilizados até hoje na região do Minho, como sendo os primeiros brincos usados pelas meninas, sequer cogitando outra possibilidade de uso. Mas lembremos de que na documentação pesquisada, o botão é uma peça de vestuário e foi usado não de forma corriqueira e sim em eventos públicos, onde pudessem ser vistos por uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo. Mota não errou em caracterizar o botão como ornamento de orelha, porém tal ornamento foi considerado como brinco a partir do final do século XIX.

O segundo objeto mais presente entre os bens listados nos inventários setecentistas foram os brincos. Os mais usuais eram os de ouro, com aljofares ou diamantes, os brincos à rei, largamente utilizados no adorno das santas, as argolas, arrecadas e os botões. Dos brincos listados, encontramos 46% deles em inventários de homens.

Encontrar brincos nos inventários masculinos pode nos indicar que se encontravam penhorados com eles. Alguns inventariados, como Mathias de Crasto Porto, o Capitão Manoel Lopes Machado e o Tenente Custódio José de Almeida, possuíam, no rol, não só brincos, mas também laços, braceletes, broches em filigrana, todos, indubitavelmente, ornamentos corporais femininos. Uns aparecem listados como “ouro lavrado penhorado”, outros não estão descritos assim, o que nos leva a crer que não foram resgatados, passando, desse modo, a fazer parte do patrimônio de quem os recebeu como penhor.

No inventário de Custódio José de Almeida, encontramos “um par de brincos de prata com pedras vermelhas falsas, avaliado em \$900” (novecentos réis) e, “seis pares de brincos de cristal encastoados, avaliados em 3\$300” (três mil e trezentos réis).<sup>4</sup> Como era solteiro, essa condição podia indicar uma pessoa que via as joias como pecúlio e como um investimento seguro. Em contrapartida, algumas dívidas

<sup>3</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST. (04) 09. Manoel Domingos de Azevedo - 1741

<sup>4</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89. Tenente Custódio José de Almeida, 1793.

podem ter sido pagas com tais ornamentos. Em se tratando de uma penhora, se o devedor não quitava a dívida, na forma da lei, a coisa penhorada era apropriada pelo credor.

Encontramos listados nos inventários mais de trinta modelos de brincos. Entre eles, destacamos os brincos de ouro, de diamante, de prata, de ouro com diamantes, brincos com pedras falsas, brincos de aljofares, brincos esmaltados e brincos especebeque. Além disso, percebemos a presença de outros modelos de brincos que enfeitavam as santas, como os brincos à rei que fazem parte do acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.

O fato de o brinco ser a segunda peça de ourivesaria preferida na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII difere do que acontecia em outras regiões do reino. Em Portugal, mais precisamente no Minho, as mulheres andavam sempre com brincos. Era o primeiro ornamento que elas adquiriam e funcionava, também, como amuleto, como afirma Mota:

“Os brincos, tal qual o sanselimão, a figa e o trevo funcionavam como um amuleto. Os ouvidos, mais que outras partes do corpo, precisavam de muita proteção, pois são orifícios que estão permanentemente abertos ao exterior e, portanto, muito vulneráveis à entrada de maus espíritos, ou à saída dos bons que no corpo eventualmente estivessem alojados.” (MOTA, 2008, p. 196)

Percebe-se que, na Sabará do século XVIII, esse ornamento foi importante, pois podemos flagrar na documentação uma vasta informação sobre quais brincos eram de uso cotidiano, já que foram listados “brincos quebrados” ou “brincos com seu uso” ou, até mesmo, “um brinco”.

É bem provável que o brinco foi para alguns moradores de Sabará mais que um adorno. Em alguns casos, podem ter sido usados como talismã e para outras pessoas o brinco foi usado como reserva de valor, sendo empenhados ou vendidos em épocas de aperto financeiro.

Avançando um pouco no tempo, o Brasil do século XIX, mais precisamente no Rio de Janeiro, o viajante e escritor Thomas Ewbank (1976), um protestante norte-americano que visitou a cidade, se encantou com a quantidade de ornamentos que as mulheres desfilavam nas ruas. Diante disso, ele sugeriu que poderia haver uma sugestão filosófica no brinco. Não estava enganado, já que mencionou esta

tão filosófica ao visitar a Rua dos Ourives e lá, flagrou uma vasta gama de amuletos, das mais variadas formas e materiais.

Analisando a quantidade dos brincos disponíveis nos inventários, percebe-se que as pessoas que se utilizaram do expediente do penhor ou da venda direta, fizeram-no de maneira diferenciada das mulheres do Minho. As mulheres daquela região utilizavam os brincos como principais ornamentos corporais. De acordo com Mota (2011), a primeira peça a integrar o espólio de uma mulher eram os brincos. Desde criança, os brincos faziam parte do universo feminino, a ponto de, mesmo sendo obrigada a se separar deles, principalmente quando eram usados como, para conseguir saldar uma dívida, ela entregava apenas um brinco, devido ao peso social que esse ornamento possuía. Assim,

[...] toda aquela que em público tivesse as suas orelhas despidas seria apelidada de mulher fanada. Quando a mulher se via obrigada a empenhar uma jóia e tendo que ser o brinco por não haver peça de maior valor, ou por não possuir outra, começava por empenhar só um, e tapava com o lenço a orelha nua ou inventava pretextos de doença numa orelha para justificar o facto de trazer só uma peça. (MOTA, 2011, p. 48)

Nos documentos, pode-se perceber que os brincos em Sabará, no século XVIII, não foram as primeiras peças escolhidas para penhora, talvez devido ao apreço a essa peça; os botões foram mais penhorados. Encontrei apenas dois brincos descritos com este fim.

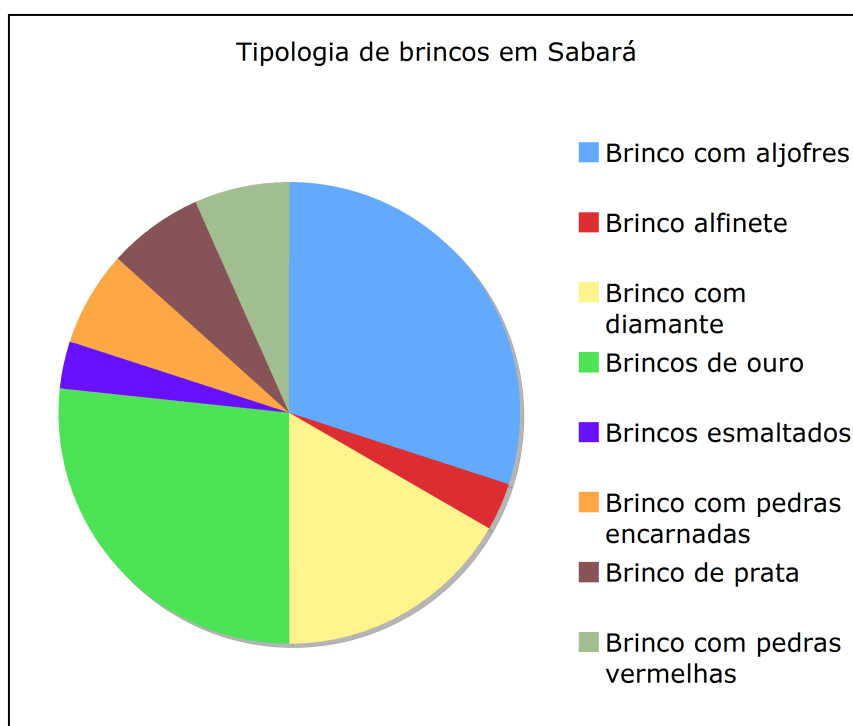
Um brinco esmaltado de azul com um pendente de cristal, outro dito do mesmo esmalte com seu pendente do mesmo ouro, umas argolinhas com uma figa por pendente, outra argolinha com uma meia lua, duas figuinhas por pendente do mesmo ouro que tudo tem de peso seis oitavas e doze vinténs, penhores do ajudante Manoel Gonçalves Cruz, avaliados cada oitava a mil e duzentos réis emporta a dinheiro 7\$650.<sup>5</sup>

Porém, os brincos podem ter sido usados como pecúlio para alguns que, em tempos difíceis, desfaziam-se deles. Essa hipótese explicaria o fato de um comerciante, assassinado em 1793, possuir entre seus bens pessoais, a maior quantidade de brincos listados de uma só vez em inventários. Tal comerciante era o Tenente Custodio José de Almeida e possuía vinte e dois pares de brincos.

<sup>5</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (02)19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

Dessa maneira, pode-se suspeitar, então, que as orelhas eram as partes do corpo que as mulheres mais adornavam e o brinco fazia parte do dote ou da reserva de valor na sociedade setecentista, além de acompanhar todos os ritos de passagem na vida de uma mulher. Na Comarca do Rio das Velhas, preferiram-se os brincos de ouro, sendo listados 33% de objetos desse tipo. Os com aljofares, preferência das mulheres brancas, eram 26% do total e os que tinham diamantes também eram frequentemente usados para se ataviar as orelhas femininas. Do total, 57% dos brincos estavam listados em inventários masculinos, o que pode significar que os homens, mesmo presenteando suas esposas, ficaram com a posse deles.

Gráfico 2. Tipos de brincos encontrados nos inventários da Comarca do Rio das Velhas: 1735-1815.



Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. Inventários post-mortem. 1735-1815.

Deve ser esclarecido aqui que, brincos, em pares, referem-se sempre a ornamentos para as orelhas. Já o brinco, singular, pode ser um tipo de ornamento que se usa como se fosse um broche. Como os louvados não esclareceram qual o tipo de brinco estavam listando, vamos considerar que essa peça fosse de uso nas orelhas, a menos que os louvados fizessem a descrição do brinco de peito, broche ou

joia, como definiu Bluteau (1712).

A terceira peça mais utilizada para o ornamento foi o cordão, que está listado em 34% dos inventários. Vale lembrar que em alguns desses documentos aparecem mais de um cordão. Novamente, no inventário de Mathias de Castro Porto estão listados oito pares de cordão em ouro, todos penhorados pelo Coronel Faustino Pereira da Silva.

Dona Jacinta Helena Barbosa, a quem já nos referimos por ser a única em cujo inventário aparece o termo “joya”, também foi possuidora de seis cordões de ouro, sendo cinco de “ouro grosso”, que variavam de quinze a sessenta e duas oitavas, e um de “ouro fino” pesando trinta e cinco oitavas.<sup>6</sup>

Ana da Silva, crioula forra e solteira, possuía, em seu inventário, seis cordões de ouro. Quatro deles aparecem listados separadamente e outros dois foram listados assim:

[...] huma cruz de filigrana com suas voltas de cordão com o peso de tudo de sete oitavas e três coartos de ouro emporta pela avaliação de mil e coatrocentos réis a oitava em dez mil oitocentos e cincoenta réis. Um feitio da imagem de Nossa Senhora da Conceição com sua volta de cordão que tem de peso nove oitavas e três coartos avaliada cada oitava a mil e coatrocentos réis emporta treze mil seiscentos e cincoenta réis.<sup>7</sup>

Orelhas, pescoço e colo eram as partes preferidas para os adornos, juntamente com peças do vestuário, como camisas, punhos para os homens e algumas camisas para mulheres, nas quais usavam os botões. Já os ornamentos em ouro e prata para dedos, pulsos e braços são os que menos aparecem.

Os anéis foram apreciados na Comarca do Rio das Velhas, porém menos que os botões, os brincos e os cordões. A preferência foi pelo anel de ouro com pedras: diamantes, ametistas, crisólitas ou identificadas como “pedras vermelhas” ou “pedras falsas”. Como já mencionado, não era a peça preferida para penhor, mas era peça mais usada no universo masculino que no feminino.

Provavelmente, o anel não era um adorno tão apreciado em função da dificuldade que ele proporcionava no manuseio de qualquer coisa, ou seja, podia impedir

<sup>6</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01)03. D. Jacinta Helena Barbosa. 1728.

<sup>7</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (25)5. Ana da Silva. 1731.

algum trabalho mecânico. Como a maioria estava em posse dos homens, pode-se inferir que eram anéis que sugeriam algum tipo de distinção social; muitos deles tinham pedras cravadas ou eram bem trabalhados com a técnica de filigrana. Poucos anéis de prata foram encontrados na documentação, evidenciando que esse material, nessas peças, não recebeu muita atenção dos habitantes de Sabará.

Os anéis que se encontram no acervo do Museu do Ouro, em Sabará, sugerem que esse tipo de ornamento não era utilizado no cotidiano, em função do tamanho e do peso aferido. Outra pista que temos de que os anéis não eram muito utilizados reside no fato de que não houve nenhum inventário consultado em que fosse descrito que o anel estava “com seu uso”, “quebrado” ou faltando pedras, como muitas peças foram listadas: um “par de brincos, um deles quebrado que tem metade de ouro”, listado no inventário de Manoel Martins, em 1771 ou o “cordão de ouro com seu uso”, do morador do sítio Água Clara, freguesia de Curral Del Rei, o Sr. Domingues Fernandes, morto em 1773.

Os anéis que temos com exemplos eram grandes e pesados. Mesmo os anéis vistos em museus portugueses, já que muitas peças usadas na Comarca do Rio das Velhas tinham como referência visual as usadas em Portugal. Também aparentavam ser de tamanho e peso incompatível com funções que obrigavam o uso das mãos por muito tempo. Mas, poderia haver anéis mais leves, menos elaborados, sem muita pedraria, como o que possuía a parda Maria Mansa da Conceição, que foi avaliado em \$600 (seiscentos réis) no ano de 1770, devendo ter de peso menos de dois gramas de ouro. Mas as peças listadas nos documentos passam de seis gramas de ouro.

As contas de ouro ou mesmo de prata também foram registradas nos inventários e testamentos produzidos em Sabará. A preferência por esse tipo de adorno era quase exclusivo de mulheres. Entre elas, parece que as negras investiam mais nesse objeto.

A quantidade significativa de contas pode ser vista como uma forma de pecúlio, já que muitas não se encontravam na forma de colares ou em fios, como se costuma perceber na descrição de viajantes e autores que pesquisaram os ornamentos do século XVIII. Rosa Maria Mota (2008) nos mostra que as contas foram importantes na região do Minho, ocupando o segundo lugar na preferência feminina: “O



colar de contas – uma das peças mais emblemáticas deste conjunto de jóias – era o segundo ouro que se comprava”. (MOTA, 2008, p. 197).

O mesmo, entretanto, não acontecia na Comarca do Rio das Velhas do século XVIII, já que poucos foram os inventários que listam as contas agregadas a fios ou em colares. Muitas dessas contas estavam soltas, como as da parda Esperança Pereira do Lago, cujo inventário data de 1793, que possuía “quarenta e nove contas de ouro” soltas, já tendo, segundo os louvados, “umas contas de ouro maciço” avaliadas em 6\$300 (seis mil e trezentos réis).

Apesar da maioria das contas se apresentarem soltas, sejam elas em ouro ou em prata, havia muitas contas enfiadas, e as mulheres foram as que mais guardaram esses pequenos objetos. As contas, que poderiam ser compradas uma a uma, eram facilmente encontradas em outras partes da colônia, como em Salvador onde desde o século XVII, negras, crioulas e mestiças utilizaram-nas de tamanhos variados, com duas e, às vezes, três voltas no pescoço, já que não há número fixo de contas para a composição de cada colar.

Outras peças em ouro encontradas nos inventários setecentistas foram os crucifixos, as imagens de santos, as argolas, braceletes, além de memórias, rosários em ouro e em prata, verônicas de São Bento, cruzes peitorais, sem esquecer-se das peças produzidas em coral, aljofares e em âmbar. Dessa lista, algumas não eram apenas de ornamentos, mas também símbolos de proteção, como as imagens, joias que denotam devoções, que evocam proteção espiritual e que, às vezes, foram listadas como “feitio de imagem”. Esses objetos devocionais de variados tamanhos eram, geralmente, feitos em forma de pingentes para serem pendurados no cordão que envolvia o pescoço ou mesmo em pulseiras.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição foi a preferida entre os que possuíam esses objetos, afinal, era a padroeira da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Dos inventários lidos, verificamos que em 12% deles, a imagem apareceu listada. A falta de detalhes sobre o tamanho nos leva a crer que eram pequenas. Tal pista nos é dada na descrição que as peças recebiam, como está no inventário da preta forra Maria Parreiras, no qual aparece a descrição de “uma imagem da Conceição de ouro com dois cordões grossos de ouro que tem de peso vinte oitavas”,<sup>8</sup> ou mesmo de “um feitio de Conceição de ouro com uma volta de trance-

<sup>8</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST. (04) 09. Manoel Domingos de Azevedo - 1741

lim”, descrito no inventário de Fernando Pereira Guimarães.<sup>9</sup>

Outras imagens de santos e santas também foram comuns nas Minas Gerais, como São Bento, Santa Luzia, Nossa Senhora das Dores, São Brás, Nossa Senhora do Rosário, além dos vários crucifixos, cruzes e verônicas. As joias com motivos religiosos se mesclam com amuletos e talismãs, como já citado, demonstrando mais uma vez a variedade tipológica e, mais que isso, o trânsito cultural, tão marcado não só na Comarca do Rio das Velhas, mas também nas Américas portuguesa e espanhola.

Há de se destacar, aqui, que as peças encontradas nos inventários podiam ser também uma forma de entesouramento ou com a finalidade de demonstrar o poder de compra, o que explica o uso de expressões do tipo “com pouco uso”. Às vezes, os ornamentos eram comprados por estarem ligados de alguma forma à tradição e à ancestralidade, como nos casos dos descendentes de africanos ou dos senhores e senhoras que tinham algum vínculo cultural com a Metrópole.

Houve certa timidez da descrição das joias na documentação pesquisada, diferentemente da riqueza de detalhes sobre as que circulavam em alguns centros produtores de ourivesaria como Guimarães, Porto e Lisboa. Os louvados as descreveram mais detalhadamente aí.

O inventário das peças de ouro do bispo do Porto, D. Frei Antonio de Sousa, demonstra a riqueza de detalhes de cada peça. Ele foi prelado da diocese portuguesa entre 1757 e 1766 e nele aparece a descrição de

[...] hum anel de ouro goarnecido com dezasseis deamantes brilhantes em sirkullo e hum grande no meyo e todos cravados em prata que peza e Valle conforme a certidão do ensayador e contraste ou ouro ao diente junta duzentos e quarenta mil reis.<sup>10</sup>

O documento do referido bispo contém, ainda, quatro anéis, três cruzes, uma taça com trabalhos de ourivesaria e pedraria “púcaro” assim descrita:

<sup>9</sup> IBRAM -Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (05) 52 Fernando P. Guimarães. 1763.

<sup>10</sup> A.D.P. Mitra, Caixa 1812, nº 75, f, 3-4v., in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*. Editor: Centro de investigação em Ciências e Tecnologias das Artes/Universidade Católica Portuguesa. Porto, Portugal, 2008. p.205.

[...] hum pucaro de unicorne goarnecido de felagrana de ouro e atras do mesmo ouro brilhante com rubins em toda a volta da mesma goarnição que peza e Valle conforme a mesma certidão vinte e oito mil e oitocentos reiz.<sup>11</sup>

Mas não quer dizer que, em todos os inventários podem ser encontradas descrições como essas e nem mesmo esse documento garante uma perfeita visibilidade. De acordo com Sousa (1999), que fez um levantamento das peças de joalheria que constam no inventário de Paulo Luís de Melo Pereira e Sampaio, feito em Guimarães, foi encontrada a seguinte descrição: “Huma goia antiga de finagrana” e na linha de baixo, “Huma goia de diamantes”. (SOUSA, 1999, p. 237)

Os inventários mineiros, às vezes, trazem descrições desconcertantes, como as do rico comerciante em Sabará, Manoel Dias Borges que possuía um “anel de filigrana com suas pedras falsas”, que não se pode aferir de que tipo, cor ou tamanho de pedra utilizada ou “dois pares de gromixas e canotilhos de prata”, descritas no inventário de Mathias de Crasto Porto. Isso quando os louvados não descrevem as peças, limitando a escrever apenas os pesos ou os valores, como as “cento e setenta e duas oitavas de ouro lavrado em várias peças” de João Mendes da Cunha, inventário de 1763. Os avaliadores, nesse inventário, não deram detalhes das peças em ouro, mas detalharam a nação de cada escravo, se eram casados, se possuíam filhos, quais eram sadios e quais estavam doentes, entre outras. Mas esse tipo de informação, de ajuntar todo o ouro lavrado e não discriminar cada peça não foi tão usual. Podiam não ser tão detalhados a ponto de se poder aferir o gosto de determinada época ou a mudança nas técnicas, mas sempre que possível informavam algumas propriedades importantes nas joias, como quantidade e qualidade de pedras usadas na lapidação ou mesmo algumas técnicas, como a filigrana, o martelado ou o cinzelado.

Com a descoberta do metal e das gemas mineiras houve uma mudança significativa na feitura, no porte e no comércio das joias. O Brasil contribuiu, inicialmente, com uma festa da cor na joalheria portuguesa visto que algumas gemas, de valores mais baixos e mais coloridas, foram utilizadas pelos hábeis ourives e cravadores. A lapidação também sofreu alterações profundas com a entrada das pedras

<sup>11</sup> A.D.P, Mitra, Caixa 1812, nº 75, f. 4v, in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. 199, p.206

<sup>12</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 09. Manoel Dias Borges, 1734.

que antes vinham da Índia e do Sudeste asiático.

Após a chegada dos 514 quilos de ouro em Lisboa, em 1699, houve uma intensificação na prospecção do mineral no interior da América portuguesa e, mais tarde, após 1725, foi a vez dos diamantes começarem a chegar em Portugal. A quantidade de gemas foi tal que na década seguinte, o preço dos diamantes sofreu quebras significativas, o que levou a Coroa a tomar providências para salvaguardar os seus proventos.

Essa contribuição das gemas no campo da joalheria fez com que as pedras transmitissem maior brilho. Em termos técnicos, a lapidação, antes da segunda metade do XVIII, baseava-se no talhe de 24 facetas. A nova lapidação passou para 58 facetas, permitindo que a luz entrasse pela coroa (parte superior da pedra), fosse refletida internamente na parte inferior (pavilhão), fazendo a pedra ficar mais luminosa e brilhante.

O topázio, encontrado na antiga Vila Rica, cuja cor variava do laranja ao vermelho, foi gema importante nas mesas dos ourives e lapidários portugueses. Essas gemas receberam dos cravadores, o apelido de “rubis brasileiros”, conforme Carvalho (2008), e ganharam forte apreço da joalheria portuguesa. O diamante, entretanto, foi a pedra com maior impacto na joalheria europeia do século XVIII. Nos documentos pesquisados, pode-se destacar o gosto pelos diamantes de dimensões reduzidas, conhecido por “olhos de mosquito”. Também denominado “lasquinha”, essa gema foi a preferida para adornar brincos, cruzes peitorais e anéis, como o “anel de ouro com uma pedra falsa cor de jacinto com diamantes olhos de mosquito” ou os “brincos de ouro com seus aljôfares e diamantes olhos de mosquito”, ambos pertencentes ao demente Antônio Gonçalves Ferreira, morto em 1758.<sup>13</sup>

As gemas que adornavam orelhas, pescoços e colos femininos em Lisboa e no Porto e demais centros produtores de peças para a joalheira saíam, na maioria das vezes, das jazidas de Minas Gerais. A grande utilização dessas pedras se deu a partir do final do século XVIII, quando houve uma maior facilidade em se obter lotes delas. A utilização dessas gemas, porém, mudou o desenho das peças, cujas pedras tiveram os talhes alterados, como já citado, assim como houve maior utili-

---

<sup>13</sup> IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (04) 47. Antônio Gonçalves Ferreira. 1758.

zação de folhetas na tentativa de reavivar ou modificar suas cores. Por esse último motivo, podemos interpretar que as “pedras falsas” que aparecem nos documentos ou mesmo a indicação da coloração das pedras somente podem ser frutos dessa técnica de folhetas.

O impacto cromático na joalheria portuguesa, em função das gemas coradas que foram descobertas no Brasil, perdurou por muitas décadas após as primeiras manifestações. A renovação nos adornos corporais ficaram por conta das ricas encomendas após a segunda metade do Setecentos, com peças que variavam de joias de toucado a peças de adorno de mãos ou de imponentes laços e elegantes brincos, como os que enfeitavam a princesa Dona Maria Francisca Benedita, que ao morrer, em 1829, teve as joias avaliadas em 50:781\$200 (cinquenta contos, setecentos e oitenta e um mil e duzentos réis).

O Porto constituiu-se num importante centro produtor de peças de adornos corporais e grande parte dessa produção, deduz-se, pode ter vindo para o Brasil, um dos vários mercados que absorviam a produção. Mesmo sendo uma região com metais e pedras preciosas, a Colônia dependeu dos ourives de além-mar, como descrito em uma certidão produzida no Porto, de 15 de outubro de 1783. Foi um termo, em forma de acordo entre os ourives, que firmava:

[...] de hoje em diante para todo o sempre os juizes atoais e os que forem sosedendo para o tempo adiante não levem couza alguma de paçar as sertidoes neçesarias para os despachos que se qui<ze>rem fazer para os Brazis aquelles que quizerem embarcarem fazendas de ouro e praya é diamantez e pedras persiozas e estas feitas pellos ditos ourives desta cidade e seu termos. (Sousa, 2005, p.45)

Vários ourives portugueses já enviavam peças de joalheira para serem vendidas em território brasileiro. De acordo com Sousa, a maioria da carga foi destinada ao Rio de Janeiro e daí seguia viagem pelas mãos dos vendedores. Joias remetidas, por exemplo, pelo ourives de ouro João Alves Vieira, foram consignadas a “Joze Caetano Ferreyra São Payo”, que as levou até a região das Minas Gerais, entregando-as ao alferes Manoel Lourenço de Barros.

Outras cargas de joias foram remetidas por Inácio Pereira Raposo, entre 1770 e 1771. De acordo com Sousa (2012), essas remessas, em número de quatro, indica-

vam a relevância desse mercado de joias no Brasil, principalmente de peças identitárias de um estatuto social, cuja complexa teia comportamental se catapultou no século XVIII, consumiam adornos preciosos oriundos de manufatura de Portugal.

O comércio de ornamentos entre Portugal e Brasil rendeu muito aos ourives lusitanos e contribuiu para o desenvolvimento da ourivesaria brasileira, pois as peças que aqui chegaram, serviam de repertório criativo para os ourives, cravadores e outros profissionais do ofício da ourivesaria, como se pode ver no quadro reproduzido abaixo, a partir dos estudos de Sousa (2005)

Quadro 3  
Carregamento de joias para o Brasil, enviadas por João Alves Vieira (1768).

Quantidade	Descrição
20	Laços de ouro cravado de diamantes
01	Laço de ouro cravado de diamantes de cruz
04	Pares de brincos de ouro com diamantes
01	Caixa com laço e brincos de diamantes em prata
02	Adereços de laços de brincos de diamantes em prata
02	Adereços de laço e brincos de diamantes em prata, com meios encarnados
01	Adereço de flores encarnadas e os meios com topázios
02	Pares de estrelas encarnadas e os meios roxos
01	Par de estrelas encarnadas
10 (em um embrulho)	Relicários de prata
36 (em um embrulho)	Relicários de prata
18 (em um embrulho)	Anéis encarnados
200 (em um embrulho)	Pares de pedra de britoes (sic)
100 (em um embrulho)	Pares de Pedras de folha

40 (em um embrulho)	Jóias de botões de pulso
01 *	Anel de ametista encarnada e dois diamantes nos lados em ouro
01	Anel de ametista roxa
01	Anel com círculo de diamantes e pedra roxa no meio
01	Anel com círculo de diamantes e pedra encarnada no meio
01	Anel de ouro e diamantes
01	Anel de topázio encarnado e diamantes
01	Anel de coração diamantes e ruís
02	Anéis de amor-perfeito
10	Anéis de topázio
01	Anel de topázio em ouro
03	Anéis de pedra encarnada no meio
01	Anel de ametista roxa e diamantes
02	Anéis de ouro circulado e pedra verde no meio

\* Todos os anéis listados a partir de então encontravam-se em uma caixa.

Já os trabalhos em prata voltaram-se, na maioria das vezes, para adornos residenciais, utensílios de mesa ou outros objetos, tais como espadas, esporas, caixas para tabaco, paliteiros, tamboladeiras, e salvas. Muitos adornos em prata foram listados, mas o ouro foi, sem dúvida, o metal mais utilizado não só para o adorno, quanto para o penhor, como já citado. Os objetos em prata listados nos inventários e testamentos chegam próximo a 10%. Então, 90% das peças listadas nos documentos foram feitos em ouro.

Quadro 4  
Quantidade de peças em prata nos inventários.

Peça	Quantidade
Adaga com punho	1
Anel	2
Bengala da Índia	3
Botões (pares)	17
Botões (unidade)	71
Bracelete de coral	3
Brinco	7
Cabo de Chibata	1
Caixilho	1
Chapas	6
Coco	3
Colher	212
Contas	15
Copo	2
Cruz de Jerusalém	1
Cuia	1
Espada compunho	7
Espadim	8
Espora (pares)	5
Faca	31
Fios de corais	4
Fivela pescocinho	1
Fivelas	23
Florete	4
Frigideira	1
Garfo	108
Memória	1
Relógio de algibeira	4
Salva	5

Fonte: Inventários Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1722-1815

Há de se destacar que o uso de prata para as peças de mesa era quase exclusivo da parcela branca da população, pois a prata era socialmente mais distintiva, porque se usava, não só em jóias, e adereços pessoais mas numa multiplicidade de objetos para a mesa e outros fins, com forte cunho de representação exterior. Com raras exceções a população não-branca possuía entre seus bens, colheres, garfos ou facas de prata. O maior conjunto de instrumentos em prata usados para



a alimentação foi encontrado no inventário de Mathias do Crasto Porto,<sup>14</sup> com vinte e seis colheres, trinta e dois garfos e vinte facas. No inventário de Dona Ignácia de Miranda, casada com Manoel Borges está descrito: “dúzia e meia de colheres e dúzia e meia de garfos que tem tudo de peso de duzentos e sessenta e quatro oitavas de prata”,<sup>15</sup> avaliadas em 26\$400 (vinte e seis mil e quatrocentos réis).

Mesmo assim, algumas mulheres não-brancas possuíam peças de cozinha com esse material, como Andreza de Oliveira. No inventário datado de 1726, estão listados “quatro colheres e três garfos de prata que tem de peso setenta e oito oitavas de prata avaliadas em sete oitavas”.<sup>16</sup> Andreza de Oliveira não tinha outras peças de prata ou ouro. Não possuía nenhum adorno corporal.

Dentre os utensílios de cozinha em prata, a preferência ficou com a colher, com duzentas e doze peças listadas nos inventários analisados. Os garfos somaram entre os inventários lidos cento e oito unidades. O garfo é mais frágil que a colher, haja vista o formato, já que apresenta dois ou três dentes, sendo mais fácil de entortar ou mesmo quebrar, como no inventário de João de Brito Roris. Aí percebemos que o conjunto não resistiu ao tempo, já que foram listados “sete colheres de prata e dois garfos da dita com bastante uso [...]”.<sup>17</sup>

É necessário esclarecer que a composição da mesa com garfo, faca e colher não era usual no século XVIII. Por isso percebemos a maior quantidade de colher e uma tímida ocorrência de facas. Apenas trinta e uma peças foram listadas com a seguinte expressão “facas de mesa”. Ainda com relação ao uso da prata como utensílio doméstico, nos inventários encontramos listadas as bandejas ou “salvas”, como era chamada, e as tamboladeiras ou tumbuladeiras, além das caldeirinhas, que eram usadas para guardar a água benta pelo padre, mas que podia ser um vaso que servia para avaliar ou beber o vinho. A joalheria de prata, apesar de bem reduzida em relação à do ouro, também foi utilizada. Entretanto, era restrita aos anéis, brincos, braceletes, relógios de algibeira e botões. Além desses itens, as five-las foram muito apreciadas, sendo listadas vinte e três unidades dessa peça.

Quanto aos utensílios de mesa, esses já se eram utilizados por algumas famílias

<sup>14</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias do Crasto Porto. 1742

<sup>15</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (02) 20. Dona Ignácia de Miranda. 1730

<sup>16</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 07. Andreza de Oliveira. 1726.

<sup>17</sup> IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (01) 15. Capitão João de Brito Roris. 1729.

em Minas Gerais desde a primeira metade do século XVIII. Colheres, garfos, facas e copos já ocupavam a mesa do Alferes Antonio da Cruz Duarte, cujo inventário foi feito em nove de junho de 1722. Outros utensílios domésticos foram listados antes da década de 40 do século XVIII, o que derruba o mito de que esses talheres foram introduzidos em Portugal pelo Marquês de Pombal que trouxe da Inglaterra, recolhendo esse artefato da corte de St. James e por volta de 1745. Boa parte da produção de objetos de prata no Brasil do século XVIII estava concentrada na Bahia, no Rio de Janeiro, Recife e em São Paulo. Em Portugal os centros produtores de objetos argênteos eram Lisboa, Porto, Braga e Guimarães. Em Minas Gerais, não se contabilizou ourives de prata, podendo assim constatar pelo acervo dos museus em Minas Gerais, que a prataria, seja civil ou eclesiástica, ostenta as marcas dos ourives de prata de outras regiões, principalmente dos centros portugueses. Também a documentação é omissa com relação a essa atividade.

Não é de se estranhar a falta desse oficial mecânico em terras mineiras, pois, mesmo sendo regulado por legislação específica desde 1460, não foi localizado, nos arquivos consultados, os registros das marcas dos ourives, contrastes e ensaiadores. A falta do registro dificulta seu estudo e identificação.

### **Considerações finais.**

Nessa trajetória do uso das joias na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, durante boa parte do século XVIII e princípios do século XIX, percebemos que, ao contrário do que destaca a historiografia referente à joalheria produzida e usada na Bahia, não houve, na região das minas do ouro, uma joalheria dedicada às pretas, crioulas e mestiças. A sociedade mineira foi acostumada a ver ornamentos nos vários estamentos sociais, inclusive as joias que as mulheres desfilavam na corte, foram flagradas também em Sabará, nos corpos de muitas mulheres não-brancas.

Houve aquelas que usaram as joias para demarcar sua posição social e econômica ou mesmo como símbolo de conquista, principalmente em se tratando das libertas, que possuíam entre seus bens escravos, imóveis, trastes de casa e produtos interditados por leis inoperantes, como saias de seda e adornos com pérolas e ouro. Vários foram os exemplos dessa subversão, incluindo nesse rol a atuação de ourives negro nas Minas Gerais do século XVIII. E mesmo não podendo

comprovar a clientela desse referido ourives, ele certamente produziu joias para mulheres e homens de todas as “qualidades” que viveram naquela região.

As escolhas das joias foram determinadas coletivamente, respeitando um gosto momentâneo, o que fez com que as mais utilizadas naquela sociedade representassem, de tempos em tempos, alguma necessidade. As pessoas fizeram variados usos das joias, como o atavio ou como objetos de proteção. Além disso, algumas joias foram usadas como símbolo de poder, principalmente quando associadas ao uso de ornamentos corporais pelos governantes e poderosos na África Ocidental, como o coral.

Materiais, como o coral, o aljofre e o âmbar, foram trazidos para o Novo Mundo não só pelas mãos dos comerciantes portugueses, mas também pelas mãos dos escravos, que transportaram crenças ancestrais e as perpetuaram nas Minas Gerais. Esses materiais receberam, em cada contexto espaço-temporal, outras associações, outros significados, formatos e usos, mas, ainda assim, não deixaram de guardar antigas definições. Então, mulheres que possuíram e usaram em público as joias com esses materiais, de alguma forma, podiam estar guardando, mesmo que involuntariamente, tradições antigas que atribuíam a eles elementos de proteção ou poder de cura.

As mulheres brancas se adornavam também com ornamentos que foram feitos com esses materiais, que, muitas vezes, foram considerados mágicos. Além disso, as mulheres não-brancas também investiram no tipo de joias que eram usadas pelas elites brancas, como arrecadas, broches, alfinetes de cabeça, laças e outros ornamentos feitos com técnicas mais refinadas, como a filigrana.

Na Comarca do Rio das Velhas, durante o século XVIII, acompanharam-se as mudanças no vestir e no ornar que ocorriam na Europa e no Brasil. Quando as riquezas aumentaram, os produtos que abasteciam a região mineradora se diversificaram e o lucro aferido nas transações começou a fazer a diferença. Se antes a maior parte dos investimentos era direcionada à aquisição de escravos, de equipamentos de trabalho e à moradia, com a diversificação econômica e a quantidade de pessoas de várias “qualidades” e “condições” chegando, a situação sofreu mudanças. O estatuto das aparências ganhou importância, aliado ao da consideração social, que, havia tempo, ocorrera na sociedade europeia, forçando, inclusive,

medidas para conter o luxo exagerado, como as Leis Suntuárias.

As joias abrem inúmeros caminhos de estudos sobre o mundo colonial. Elas estiveram associadas a formas de sociabilidade e a estratégias de distinção social, tanto pelo seu uso, quanto pela divulgação do gosto por elas. Grupos ou indivíduos atribuíram poder aos símbolos e escolheram algumas joias como símbolo de poder. Este texto pretende ser um mais um esforço historiográfico no sentido de melhor conhecer as histórias dos artefatos produzidos com função de ornamentar o corpo humano, mas que recebeu, dependendo da sociedade, outros significados.

## REFERÊNCIAS

### ***Acervos e fontes documentais***

APM CMS – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Câmara Municipal de Sabará (Fundo Arquivístico)

APM SC – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Seção Colonial (Fundo Arquivístico)

IBRAM-Museu do Ouro/Casa Casa Borba Gato. Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício. Sabará – Minas Gerais.

Biblioteca da Casa Borba Gato – Sabará, MG.

Museu do Ouro – Sabará – Minas Gerais.

Museu Carlos Costa Pinto – Salvador – Bahia.

Museu de Artes e Ofícios – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Museu Mineiro – Belo Horizonte – Minas Gerais.

### ***Dicionários***

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Crítico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo(sic), Rethorico, Rústico,*

*Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, AUTORIZADO COM EXEMPLOS DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS; E OFFERECIDO A EL REY DE PORTUGUAL, D. JOÃO V, PELO PADRE D. RAPHAEL BLUTEAU CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. Com todas as licenças necessarias. [http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1] Pe. d. Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Ed. fac-simile, CD-Rom, Rio de Janeiro, UERJ, s.d.).*

CARDOSO, Jerónimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*. Ulissypone: ex officina Ioannis Aluari, 1562.

[http://purl.pt/index/geral/aut/PT/28302.html]

HOUAISS, Antonio. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais – período Colonial*. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA natural do Rio de Janeiro oferecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. [1ª edição em Lisboa, Oficina de SimãoFerreira, em 1789, 2v.] [http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2]

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

### **Livros, teses, dissertações artigos e capítulos de livros.**

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas de ouro*. São Paulo: Editora ObeliscoLtda., 1964.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed. 1972.

\_\_\_\_\_. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BAUDRILLARD Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 2007. p.15.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980, p. 101.

BLIER, Suzanne Preston. *African Vodun, art, psychology, and power*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995.

BLIER, Suzzane Preston. *L'art royal african*. Paris: Flammarion, 1998.

CARVALHO, Rui Galopim de. Gemas e outras pedrarias nas alfaías religiosas de prata do séc. XVIII. p. 33. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Actas do II Colóquio português de ourivesaria*. Edição CITAR, Porto. 2008.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira* – com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Tradução.

GOLA, Eliana. *A Jóia: Uma Pesquisa Histórica*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado).

MOTA, Rosa Maria. O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Edição CITAR, Porto. 2008.

\_\_\_\_\_. *Glossário do uso do ouro em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

OZANAN, Luiz Henrique. *A joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais –1735-1815*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013 (tese de doutorado)

PAIVA, Eduardo França. Trânsito de culturas e circulação de objetos no mundo português. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil- Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume,

2006. pp. 99- 122.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A Joalharria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora. 1999.

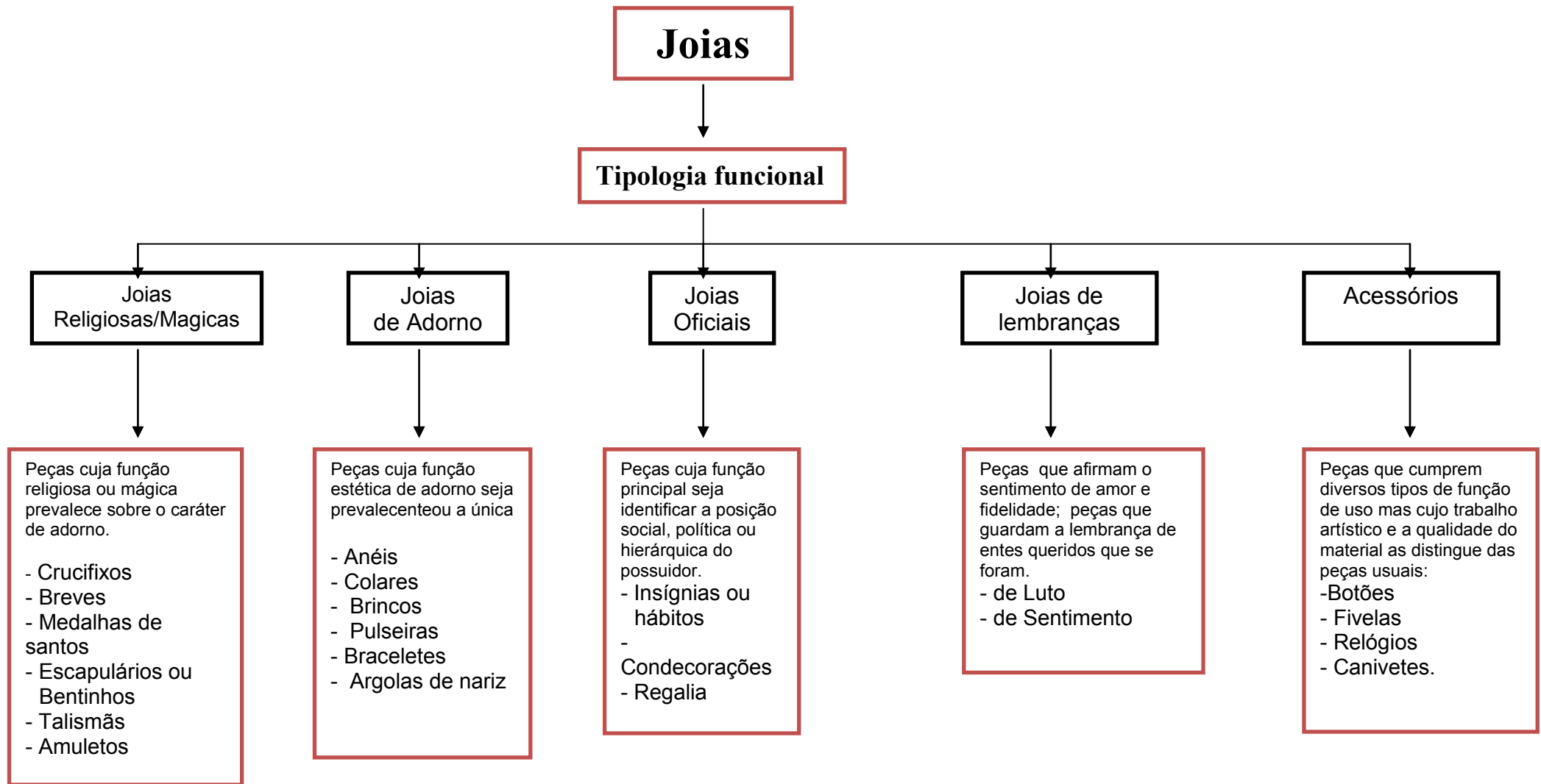
\_\_\_\_\_. A joalharria feminina e o seu significado social e econmico em Portugal. Lisboa: *Círculo Dr. José de Figueiredo*, 2004. p. 17-33.

\_\_\_\_\_. - A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII. Lisboa: *Círculo Dr. José de Figueiredo*, 2005.

\_\_\_\_\_. *A joalharria no Porto ao tempo dos Almada*. CITAR, Porto: 2008.

TRINDADE, Raimundo, Cnego. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimnio Artístico e Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n 12 p. 109-149, 1955.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais* . 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v



Quadro demonstrando a tipologia e o uso dos ornamentos corporais, de acordo com a documentação pesquisada para o período